



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História**

**A Conquista do Brasil Central sob a perspectiva Estado Novo:
discursos e domínio territorial**

JOÃO VITOR PROCÓPIO FRANÇA

Brasília, maio / 2021



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

JOÃO VITOR PROCÓPIO FRANÇA

**A Conquista do Brasil Central sob a perspectiva do Estado Novo:
discursos e domínio territorial**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado/Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita
(Orientadora)
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Albene Miriam Menezes Klemi,
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira
Universidade de Brasília

Dedico este trabalho aos amigos Mário Cesar e Luisa por todo o apoio e ajuda. À minha mãe, Maria Luiza e à minha irmã, Laura Lissa, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto me dedicava a este trabalho. Por fim, à minha orientadora Profa Léa Carrer, por todo carinho, paciência e dedicação.

RESUMO

Dentre as ações modernizadoras do Estado Novo, o trabalho analisa a ação de domínio territorial, o esforço da geopolítica governamental ao abarcar a relação entre o poder do Estado e seu território, que culminou no projeto "Marcha para o Oeste". Tratou-se de um projeto de ocupação, de povoamento, de integração de territórios e das populações do interior do Brasil à "sociedade nacional", considerada já civilizada. Dentre as regiões ermas ou pouco povoadas que à época se denominava "oeste do Brasil", recortamos para a pesquisa a região Brasil Central, como espaço de atuação da conquista do Governo Federal. Além da análise dos discursos propagandísticos e legitimadores do projeto, o trabalho analisa dois eixos de desdobramento da Marcha: a Expedição Roncador Xingu e a Fundação Brasil Central.

Palavras-chave: Estado Novo, Fronteira, Marcha para o Oeste

ABSTRACT

Among the modernizing actions of the Estado Novo, the paper analyzes the action of territorial domain, the effort of government geopolitics by embodying the relationship between the power of the State and its territory, which culminated in the project "March to the West". It was a project of occupation, settlement, integration of territories and populations of the interior of Brazil to the "national society" considered already civilized. Among the ermas or sanded regions that at the time was called "western Brazil", we cut for the research the Central Brazil region, as a space for the conquest of the Federal Government. In addition to the analysis of the propagandistic and legitimizing discourses of the project, this paper analyzes two axes of unfolding the March: the Roncador Xingu Expedition and the Central Brazil Foundation.

Key Words: New State, Border, March to the West.

Sumário

Introdução	06
Capítulo 1 – Construções discursivas para legitimação do Estado Novo e da Marcha para o Oeste	11
1.1 - O DIP e os argumentos de convencimento para a adesão social à "Marcha para o Oeste"	13
1.2 - A incorporação dos indígenas à sociedade nacional	18
Capítulo 2 – A expansão das fronteiras econômicas e do mercado interno O domínio de territórios e a incorporação das gentes	22
2.1- Criação e desenvolvimento de Colônias Agrícolas Nacionais	26
2.2 - A epopeia da Expedição Roncador Xingu	33
2.3 - A questão do contato com o indígena	36
Considerações Finais	40
Fontes	43
Referências Bibliográficas	44

Introdução

Durante a graduação interessamo-nos especialmente por aprofundar os estudos sobre o Estado Novo no Brasil, uma vez que ele significou uma profunda mudança no sentido político de gestão governamental do país, uma verdadeira guinada nos rumos de governo.

Foi durante este regime que se consolidou e aprofundou o Estado Nacional Desenvolvimentista, que por tantos anos marcou a gestão governamental do Brasil como modelo de alavancamento de modernização, tanto assim que, a década de 1930 e, particularmente o Estado Novo, são considerados os marcos da efetiva modernização do país.

Dentre as ações modernizadoras do novo regime, selecionamos para a pesquisa de final de curso o projeto de ocupação, de povoamento, de integração dos territórios e das populações do interior do Brasil à "sociedade nacional", denominado "Marcha para o Oeste", recortando para a pesquisa seu desdobramento na região Brasil Central.

Lembramos que a expressão "Marcha" fixou-se mais quando foi usada por Vargas no seu livro, onde escreveu: "o verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste".¹

Inserido na elaboração de um ideário nacionalista de valorização, fortalecimento e engrandecimento da nação, a ocupação das regiões à oeste do território brasileiro – o Centro-Oeste e a Amazônia, foram construídos como espaço de conquista. Propagava-se tratar de terras férteis para a agricultura ou rica em minerais, pouco ou ainda não exploradas pela esparsa ocupação humana. Assim, povoá-las e fazê-las produzir levaria ao progresso do país, compromisso que todo brasileiro deveria assumir.

Além disso, como a política econômica do Estado enfatizava o desenvolvimento da industrialização, projetava-se a expansão do mercado interno do país, cujos territórios à oeste encontravam-se desconectados das áreas a leste, onde já havia produção industrial, particularmente no Sudeste e no sul. Assim, era necessário integrar as populações interioranas, chamadas de sertanejas, à sociedade industrializada, de forma a fornecer a esta matérias primas, consumindo mercadorias desta e até industrializando-se.

Dado a grandeza do território brasileiro, a "Marcha" tratava-se de uma grande empreitada, que implicava em um projeto de controle de territórios e de gentes pelo autoritário regime de governo, e também em esforço de convencimento para angariar adesão

¹ Getúlio Vargas. **A Nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, v. 5, 1938, p. 121.

social. Observamos que Getúlio Vargas, o "grande" líder do regime, era o primeiro a se pronunciar de forma corajosa e destemida diante de tarefa "tão nacionalista":

Nada nos deterá, nesta arrancada, que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada.²

No primeiro levantamento historiográfico que fizemos do nosso objeto de estudo, observamos que abundam trabalhos sobre os discursos sustentadores deste projeto estadonovista, com análises sobre as estratégias discursivas de convencimento da sociedade em geral, dos intelectuais e do empresariado.

Essas produções discursivas pelo regime, com intenção legitimadora, foram muitas de fato. Afinal, era necessário que a população se dispusesse a migrar para ocupar regiões longínquas ou ermas, que precisavam ser desbravadas, ou porque eram florestas, ou áreas de difícil acesso, ou improdutivas, que deveriam ser tornadas férteis.

Verificamos que o tema é menos estudado no que se refere à concretude do projeto, ou seja, o que de fato foi implantado além do discurso "na mente da população". Justamente por isso decidimos recortar essa questão para a pesquisa.

De tantas ações idealizadas e disseminadas por meio de propaganda, artigos e livros de políticos e intelectuais brasileiros, quais teriam sido de fato implementadas? Quais os impactos dessa prática modernizadora que se constituiu como uma colonização interna, uma vez que foi lançada pela elite política e intelectual brasileira e voltada para o interior das áreas "atrasadas" do próprio país?

Assim, nosso objetivo de pesquisa foi o de, além de compreender o discurso legitimador do projeto, conhecer e historicizar as ações implementadas pela "Marcha para o Oeste", na região Brasil Central.

Dado que para a época o "Oeste do Brasil" poderia abranger a região Centro-Oeste, o noroeste do estado do Pará, regiões dos estados do Maranhão, do Piauí e Amazônia, recortamos pesquisar a implantação do projeto apenas na região Brasil Central. Inclusive porque, no contexto da II Guerra Mundial, a exploração do látex da Amazônia na região norte foi enquadrada como esforço do movimento Marcha para o Oeste e lançou-se a campanha "Soldados da Borracha", o que abriria muito o leque de pesquisa adequado a esta monografia.

²Getúlio Vargas. **A Nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, v. 5, 1938, p.80.

Categorias fundamentais para nosso trabalho foram "sertão" e "fronteira". O termo sertão, corruptela de deserto, foi usado na colônia até a Primeira República, quando ficou muito marcado pela produção literária de Euclides da Cunha. Na colônia, o termo referia-se não só aos espaços interiores do território colonial, mas também aos que eram perigosos, desconhecidos, de difícil acesso, que precisavam ser dominados com a religião, civilização e cultura, porque só assim lugares inúteis tornar-se-iam úteis para o Estado. O termo foi amplamente utilizado para criar o imaginário de algo a ser ocupado.³

No Estado Novo o sertão ainda foi percebido com sentido semelhante, áreas não civilizadas que deveriam ser incorporadas à nação; áreas não produtivas que deveriam transformar-se em zonas produtoras de riqueza.

O termo fronteira para o novo regime significava aquilo que dividia a civilização do território perigoso e desconhecido, e também uma faixa imaginária que dividiria a área de controle estatal daquela ocupada por sujeitos residentes ou em deslocamento pelos espaços periféricos do país.⁴

Na década de 1940 usava-se também referir-se a "vazio territorial", expressão utilizada com intenção política. Tratando-se de projetos de domínio, propor a ocupação de um espaço ideologicamente considerado vazio do ponto de vista demográfico ou econômico, significava negar sua ocupação pelas populações autóctones. Como nos esclarece Ignez Ferreira, o processo de ocupação de um espaço reputado "vazio" parece ser muito mais legítimo.⁵

As obras historiográficas que mais deram suporte às nossas pesquisas foram os trabalhos do sociólogo João Marcelo Ehlert Maia,⁶ pesquisador do pensamento social brasileiro acerca das ideias de domínio territorial e imaginação espacial; a obra "Sacralização da política",⁷ de Alcir Lenharo, que analisa o aspecto ideológico autoritário dos projetos Estadonovistas, construídos de forma aliciadora e quase obsessiva; vários trabalhos das historiadoras Mônica Pimenta Velloso, Ângela Maria de Castro Gomes e Lúcia Lippi de

³Janaina Amado. Região, Sertão e Nação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v.8. 1995. p.148-149.

⁴João Marcelo Ehlert. Fronteiras e state-building periférico: o caso da Fundação Brasil Central. **Varia história**. Belo Horizonte: FGV, v. 35, n. 69, 2019, p. 897.

⁵Ignez Ferreira, Ceres e Rio Verde: dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola. In: AUBERTIN, Catherine (org.), **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 38.

⁶João Marcelo Ehlert. Fronteiras e state-building periférico: o caso da Fundação Brasil Central. **Varia história**. Belo Horizonte: FGV, v. 35, n. 69, 2019 e João Marcelo Ehlert. Estado, território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: FGV, 1ªed, 2012.

⁷Alcir Lenharo. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

Oliveira, particularmente os estudos que fizeram sobre o projeto político-cultural do Estado Novo.

Nosso suporte documental consistiu do conjunto das edições do periódico "Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros",⁸ publicada pelo Estado Novo como espaço de discussão dos problemas nacionais, direcionada mais especialmente aos intelectuais do país, buscando o apoio destes ao projeto governista; os discursos de Getúlio Vargas voltados para a divulgação do projeto Marcha para o Oeste; e a obra "Marcha para Oeste", de Cassiano Ricardo,⁹ uma apologia ufanista à Marcha.

Quanto à obra de mesmo nome dos irmãos Villas Bôas, antropólogos que participaram da Marcha, não conseguimos ter acesso à obra integral em virtude da pandemia da COVID 19 em curso no país. O trabalho aparece por meio de referências em outras obras.

Trabalhamos com os referenciais teóricos da Nova História Política, consolidada na década de 1980, e que legitimou o retorno do âmbito político às pesquisas acadêmicas, uma vez que este havia sido desvalorizado nas décadas de 1950-60 com as críticas da história social. Desde então, a dimensão do político tem se mostrado privilegiada por se articular com as dimensões da cultura, do social e da economia.¹⁰

No âmbito da Nova História Política, buscaremos analisar a cultura política autoritária impregnada em todo o discurso legitimador estadonovista: representações acerca de atraso e de modernidade, de identidade nacional, de cidadania brasileira, de mestiçagem, de poder, todas elas utilizadas como ferramentas a serviço de um projeto político-cultural. Como afirma Serge Berstein, no quadro da investigação do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, foi o fenômeno da cultura política que ofereceu respostas mais satisfatórias do que qualquer proposta até então.¹¹

Ao atentarmos para as culturas políticas— as representações, as linguagens e os símbolos especificamente políticos expressos no discurso e na prática do regime estadonovista, acreditamos que nos será possível apreender o papel fundamental que elas exercem na legitimação de regimes ou na criação de identidades.

⁸Almir de Andrade. **Cultura Política: Revista mensal de estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

⁹Cassiano Ricardo Leite. **Marcha para Oeste: a influência a "Bandeira" na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: vol.2. 4ª ed. Editora da Universidade de São Paulo, 1940.

¹⁰RÉMOND René (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 2ª ed., 2003.

¹¹Serge Berstein. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

O trabalho foi organizado em dois capítulos. No primeiro, abordamos o ideário do projeto "Marcha para o Oeste", seus argumentos, seus princípios, suas justificativas e suas propostas, que se encontram muito articulados ao projeto cultural do regime como um todo.

No segundo capítulo, vamos analisar as ações implementadas para ampliar as fronteiras econômicas do país, ou seja, as ações efetivadas para integrar à "sociedade nacional" e ao conjunto das áreas já produtivas do Brasil a região interiorana do país, aquela denominada, à época, de Brasil Central.

Capítulo 1: Construções discursivas para legitimação do Estado Novo e da Marcha para o Oeste

Neste capítulo, trataremos mais especificamente dos conteúdos discursivos que promoveram o Estado Novo e, particularmente, a "Marcha para o Oeste", projeto que visava a interiorização do Brasil por meio da ocupação e povoamento das áreas ainda consideradas desertas ou pouco povoadas do país, as chamadas "áreas de sertão".

Para criar consenso social, granjear apoio intelectual, político e popular a ditadura Vargas investiu muito na disseminação de ideologia, teorias, imagens, propagandas positivas do governo, do seu líder político e de cada um dos projetos governamentais.

Na produção discursiva legitimadora do regime podemos destacar a princípio um grupo de intelectuais autoritários profundamente engajados na representação do regime, particularmente Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, que apresentavam a operacionalidade e as vantagens da inovação do novo modelo de Estado.

Geralmente, partiam da desqualificação do governo liberal e democrático da Primeira República, seguida do enaltecimento do novo regime – o Estado Novo, de formato autoritário. Configurado como um Estado nacional desenvolvimentista, se caracterizava por ser forte, centralizador, que promoveria e conduziria a industrialização nacional, que teria papel decisor, planejador, organizador, controlador e alocador de recursos humanos e materiais; que encaminharia a modernização do país com autonomia nacional, com valorização do trabalhador brasileiro e da identidade nacional.

No contexto internacional de ascensão de governos nacionalistas e autoritários, o Estado Novo buscou deslegitimar o Estado liberal, atribuindo-lhe o caráter de estrangeirismo, como que indicando "sua real impossibilidade" de adaptação ao Brasil. Outra forma de crítica era enquadrar o liberalismo como regime ultrapassado aos novos tempos que se vivia, como indicou Azevedo Amaral, na revista Cultura Política: "o século XX está se caracterizando historicamente por uma reação de forças novas e criadoras que enfrentam os extremismos gerados pela descrença na democracia liberal e ao mesmo tempo procurar libertar as nações

até os horrores da crise atual".¹²

Nos anos que antecederam a II Guerra Mundial (1939-1945), ocorreu um crescimento constante de regimes autoritários de direita na Europa.¹³ Em vários países julgava-se necessário a criação de uma nova forma de governar, de uma nova organização social. Experiências externas emergentes neste período foram adotadas no Brasil como as técnicas de propaganda nazista, ou a organização sindical corporativista, modelada pela "*Carta del Lavoro*" então vigente na Itália de Mussolini.¹⁴

Os intelectuais apoiadores do novo regime criticavam a ideia de igualdade liberal que tinha como fundamento a equidade política através do voto. Para eles, a desigualdade social e financeira não poderia ser tratada da mesma maneira pelo Estado e pelas leis vigentes no período. Defendiam ser necessário criar instituições políticas que combatessem essa desigualdade, ou seja, novos órgãos formuladores de políticas públicas.¹⁵

O novo regime inclusive capitalizou muitas críticas feitas à Primeira República nos anos 1920, transformando-as em pautas de ação dos "novos tempos" advindos com a década de 1930. Por exemplo, as críticas aos modos de pensar "estrangeiros" e à visão da identidade nacional adotados no início da república brasileira.

Outros argumentos incorporados pelo discurso estadonovista surgiram no âmbito do movimento modernista da década de 1920, que se abriu para um processo de renovação cultural e de reinvenção do Brasil, voltando-se para a autenticidade das raízes nacionais, do passado histórico ou de tempos imemoriais.

Como sintetiza Lúcia Lippi de Oliveira, as diferentes vertentes do movimento modernista diferenciavam-se conforme a relação entre o moderno e a tradição.¹⁶ Encontrava-se desde a visão de atualização cultural de Mário de Andrade à valorização da tradição glorificada de forma ufanista, como reservatório da pureza da brasilidade e assumida pela

¹²Azevedo Amaral, Realismo Político e Democracia. In: **Cultura Política: Revista de estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro: DIP, v.1 n.1 1941, p.165.

¹³Eliane Manso Pereira. O Estado Novo e a Marcha para Oeste. **História Revista**. Goiânia:UFG, 1997, p. 115.

¹⁴Boris Fausto. O Estado Novo no Contexto Internacional, In: **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999,p. 18.

¹⁵Ângela de Castro Gomes. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o Legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n.65p. 109.

¹⁶Lúcia Lippi de Oliveira, Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio.In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.) **O Brasil republicano:o tempo do nacional-estatismo: do início do da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

vertente Verde-Amarela, liderada por Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia.

Assim, observamos que a atuação de intelectuais engajados e do ideário nacionalista valorizador da brasilidade, que dizia aceitar e até se orgulhar da identidade mestiça do Brasil já estava presente antes da ascensão do Estado Novo.

Na década de 1930 ocorreu mesmo um processo de nacionalização da cultura. Porém, dentre os intelectuais modernistas que se engajaram na reflexão sobre a cultura nacional e que foram chamados a colaborar com a reconstrução da nação no imediato pós 1930, foi a vertente Verde-Amarela, ufanista e autoritária, que se inseriu nos quadros do Estado Novo.

Estes intelectuais, atuando no novo regime político como instrumentos para a transformação social, defenderam a reconstrução do Brasil para "os brasileiros", a reinterpretação do passado histórico da nação e da identidade nacional de modo a criar boas expectativas de futuro.

Nos seus discursos nacionalistas e ufanistas articularam representações de grandiosidade e de bravura do brasileiro, de fertilidade, de riqueza e abundância da terra pátria e, ainda, um nacionalismo "puro", sem interferência de características europeias. Empenharam-se em consagrar a tradição brasileira através de símbolos e heróis nacionais, trazendo a ideia do “gigante adormecido”, “impávido colosso” e de personagens como Caxias e Tiradentes, indicando que o Brasil conseguiria modernizar-se e alcançar o sucesso como nação.¹⁷

Todos esses valores até aqui referidos subsidiaram o projeto cultural estadonovista que teve um órgão governamental específico para cuidar e desenvolver esse nacionalismo de forma pedagógica, o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, como veremos a seguir.

1.1 - O DIP e os argumentos de convencimento para a adesão social à Marcha do Oeste

O Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP foi criado em dezembro de 1939 sobre a direção de Lourival Fontes e era subordinado diretamente ao Presidente da República.

¹⁷Mônica Pimenta Velloso. A Brasilidade verde-amarela: Nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**: FGV. Rio de Janeiro, vol. 6, n.11. 1993, p. 12.

Criado para aperfeiçoar e ampliar as atividades do anterior Departamento Nacional de Propaganda, o órgão refletia toda a preocupação do período com o uso dos meios de comunicação que, por um lado, deveria cuidar da não disseminação de críticas ou de valores contraditórios aos objetivos do regime, o que se alcançava por meio da censura; por outro, deveria promover produção cultural de apologia ao regime, de enaltecimento da brasilidade, da cultura popular e do trabalhador brasileiro.

A Constituição de 1937 legalizara a censura prévia aos meios de comunicação e a imprensa. Por meio de legislação especial, a imprensa foi investida da função de caráter público, tornando-se instrumento oficial da ideologia estadonovista. Como destaca Maria Helena Capelato, após 1937, ficou estabelecido que a imprensa desempenharia sua função atrelada ao Estado.¹⁸

Quanto à produção cultural, o DIP buscava difundir a boa imagem do Estado Novo, do Brasil e dos brasileiros em todos os âmbitos, na música, no cinema, no teatro, no turismo e principalmente na imprensa.¹⁹

O regime precisava produzir suas fontes “confiáveis” de notícias, de “diagnósticos” do país, de promoção de suas políticas públicas que se alinhassem à nova ordem proposta. Para tanto, passou a promover diversas publicações como a “Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros”,²⁰ supervisionada pelo DIP.

A revista tinha como público alvo as elites intelectuais. Eram elas que publicavam no periódico mensal, onde poderiam expressar suas ideias sobre o novo regime. A revista funcionava como um espaço de debates dos problemas brasileiros e dos projetos adequados ao país, voltado para o esclarecimento das transformações políticas em curso, de forma a se constituir em uma base consolidada de apoio do governo.²¹

Dentre os projetos do Estado Novo defendidos e incentivados pelas publicações do regime se encontrava a “Marcha para o Oeste”, programa governamental que buscava uma

¹⁸Maria Helena Capelato. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 78.

¹⁹Lúcia Lippi Oliveira, M. Pimenta Velloso e Ângela de C. Gomes. **Estado Novo, Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 73.

²⁰A “Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros” circulou de março/1941 a outubro/1945 e era vendida nas bancas de jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

²¹Matheus Arraes. **A Marcha para o Oeste e o Estado Novo: A conquista dos Sertões**. TCC - Departamento de História, UnB, Brasília, 2016, p. 10

integração econômica nacional a partir da colonização de regiões de difícil acesso, ou desabitadas em decorrência do êxodo rural.²²

Segundo o projeto, a conquista do oeste brasileiro, que incluiria a região Centro-Oeste e a Amazônia, só seria possível através de um espírito unitário e nacionalista. Graças a isso, o Brasil se veria livre dos povos estrangeiros e do grande vazio demográfico que prejudicavam a modernização do país.²³

Através de propagandas, o regime enfatizava que o país precisaria combater problemas internos como excesso de imigrantes, vazios demográficos, amplitude territorial e o medo de uma ameaça externa ou interna lideradas por caudilhos regionais. Por outro lado, retratava-se o Brasil como um organismo sadio e jovem, enquanto a Europa estava em decadência.

Segundo os irmãos Villas Bôas, integrados ao projeto da Marcha, como veremos adiante, a mudança de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e de trabalhos mais humanos para a região litorânea do país, acarretara um êxodo rural constante. O país nos anos quarenta tinha a maioria da sua população em faixa litorânea, enquanto o Centro Oeste era pouco povoado e de difícil acesso, algo que iria contra a ideia de um país que buscava a industrialização.

A conquista dos sertões brasileiros era sem dúvidas um dos principais objetivos do governo.²⁴ Assim, o projeto solucionaria vários problemas do Brasil: melhoraria o desemprego nas áreas litorâneas, ampliaria o mercado interno, ocuparia as regiões ermas e acabaria com os conflitos regionais entre áreas desenvolvidas e outras atrasadas.

Para angariar voluntários que aderissem à Marcha, o Estado chamava a atenção para a riqueza natural do Brasil, alegando que quem fosse desbravar o interior do país possivelmente ficaria rico. Também se alegava que algumas terras não foram dominadas de forma satisfatória e necessitava de uma segunda conquista que fosse efetiva.²⁵

Na campanha de motivação para que cidadãos aderissem à Marcha destacou-se o

²²Seth Garfield, As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 20, n. 39, 2000, p. 15, 16.

²³Rômulo de Paula Andrade. Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Ciências Humanas**, Belém, v. 5, n. 2, p. 459.

²⁴Orlando Villas Bôas, Cláudio Villas Bôas. **A Marcha para o Oeste: A epopeia da Expedição Roncador-Xingu**, Companhia de Letras. São Paulo, 2012. p. 34.

²⁵Matheus Arraes. **A Marcha para o Oeste e o Estado Novo: A conquista dos Sertões**. TCC - Departamento de História, UnB, Brasília, 2016, p. 8

jornalista Cassiano Ricardo, integrante do grupo intelectual modernista "Verde-Amarelo". Cassiano dirigia o jornal "A Manhã", órgão oficial do Estado Novo, escrevia artigos para a revista Cultura Política e chegou a escrever o livro "Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil", em 1940.

A obra é um discurso apelativo aos sentimentos patrióticos, aos brios e à coragem dos brasileiros. Outra característica da mesma que destaca é o uso abusivo de narrativas imagéticas, onde a ida ao oeste era desenhada como imagem-réplica da saga bandeirante, reeditando a empreitada das Entradas e Bandeiras dos séculos XVII e XVIII.

No livro, a defesa da "Marcha" não se desarticula da defesa do "Estado Novo", uma vez que tal projeto é construído como uma inovação desse Estado, no sentido que, a conquista do sertão, iniciada pelos bandeirantes na época colonial seria retomada de forma renovada. Desta feita, ou, no novo regime, valorizar-se-ia as populações sertanejas e indígenas até então abandonadas, ou porque então se promoveria repartição de terras, de lotes agrícolas cultiváveis, civilizando definitivamente "todo" o país.

A obra foi planejada de forma a retomar antigas tradições coloniais do Brasil e colocar a figura do bandeirante como herói nacional, reatando a campanha dos construtores da nacionalidade brasileira, ou seja, os antigos sertanistas.

O uso da imagem dos bandeirantes articulava-se ao plano de inventar a reconstrução da nacionalidade centrado no modelo paulista para a brasilidade. Para o jornalista e poeta Cassiano Ricardo (1895-1974), o Brasil era ambíguo, conflitante e em constante procura de identidade. Por isso, caberia a São Paulo, estado mais avançado da federação e detentor dos "valores civilizacionais" representar propriamente a brasilidade, espalhar a identidade para os diversos estados e sertões do país.

Para a vertente Verde-Amarela do movimento modernista, São Paulo representava o cerne da nacionalidade brasileira, por terem sido os bandeirantes paulistas os primeiros conquistadores e desbravadores do interior do país.²⁶

Partindo da definição de ideologia de Marilena Chauí – um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações, de normas e regras que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar, o que devem valorizar, como devem sentir, o que

²⁶Mônica Pimenta Velloso. A Brasilidade verde-amarela: Nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: USP., vol. 6, n.11. 1993, p. 12.

devem fazer e como devem fazer,²⁷ observamos a produção de Cassiano Ricardo como exemplo ímpar de intelectual mediador simbólico entre o Estado autoritário e a sociedade. Como bem sintetizou Alcir Lenharo, o Estado munuiu-se de intelectuais que efetivassem a centralização do poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização dos discursos do poder, particularmente o ideológico.²⁸

De fato, a modelagem discursiva elaborada por Cassiano Ricardo orienta como pensar sentir e agir em relação à Marcha. O esperado era que muitos elementos da sociedade se comportassem como os destemidos bandeirantes e atendessem às necessidades de povoamento e engrandecimento da nação. O viés despolitizador e pacificador do discurso autoritário se faz presente no ambiente harmonioso que ele cria para as bandeiras coloniais.

Para o discurso governista, os bandeirantes eram líderes democráticos que aceitaram conviver em grupos multiétnicos, vivendo em solidariedade e irmandade, enfrentando uma marcha rumo ao interior do país. Como escreve o próprio Cassiano:

A origem da democracia, no Brasil, está na bandeira e daí o motivo por que me detenho mais nesse fenômeno. A ideia do governo forte para realizá-la, também. Este não é, entre nós, uma invenção de última hora, mas um fato histórico sem o qual o Brasil não teria existido.²⁹

Vemos que Cassiano está a dizer que os "atuais" desbravadores deveriam partir para a Marcha obedecendo ao governo forte, sem contestação, pois tudo deveria se organizar em grupos multiétnicos perfeitamente harmônicos (tal como ocorrera no passado das bandeiras!!!). Ainda disse Cassiano: "uma vez estabelecida a mesma direção psicológica para todos, um deixa até certo ponto, de ser escravo do outro, porque todos marcham juntos. O comandante ou chefe da bandeira substitui o senhor feudal".³⁰

A reinvenção das bandeiras coloniais como eventos harmoniosos devia-se ao sofrimento que nivelava as diferenças sociais em pleno sertão. Das condições difíceis do sertão advinha a solidariedade desenvolvida pelo grupo bandeirante e, daí, a decorrência da democracia.

²⁷ Marilena Chauí, **O que ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2. Ed, 1992, p.92.

²⁸ Alcir Lenharo, **Sacralização da política**, *opcit*, p. 53.

²⁹ Cassiano Ricardo. **Marcha para o Oeste**, Editora da Universidade de São Paulo. 4. Ed, v.25. 1970, p. 16

³⁰ Cassiano Ricardo. Estado Novo e o Sentido Bandeirante in **Cultura Política: Revista de estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro:DIP, v.1, n.1, 1941, p. 116.

Além de representar as bandeiras coloniais como fenômeno de “democratização e mestiçagem harmoniosa” o plano discursivo de Cassiano apresenta outros paradoxos, como o de atribuir qualidades antagônicas ao sertão, ao litoral e às suas respectivas populações.

O governo elogiava os sertanejos pela bravura, tanto que atribuía a eles a conquista do grande território do Brasil. Assumiam que o sertão era o lugar do atraso, mas isso ocorria porque os governos anteriores não incentivaram o domínio de terras e possibilitaram uma desordem no âmbito rural. O sertanejo, esquecido por gerações, ficou encarregado de desbravar os territórios ermos e sem a ajuda do governo até então.³¹

Por outro lado, o sertão representava a essência da brasilidade, as suas raízes mais puras, fonte de riquezas espirituais, materiais e novos saberes acerca da identidade nacional brasileira, cuja valorização era crucial ao projeto estadonovista.

Quanto ao litoral, era desenvolvido, industrializado, civilizado, mas não era mais puro. Lá não se podia acessar ou beber no cerne da brasilidade, pois o litoral estava contaminado de estrangeirismos. No entanto, era das cidades se conquistaria o campo. Era o litoral que marcharia para o sertão e o civilizaria.

Assim, a unidade do projeto de integração nacional em curso no Estado Novo se realizaria no encontro do litoral com o sertão, quando aquele colonizasse este. O primeiro levaria a civilização (que incluía impurezas e estrangeirismos); o segundo, atrasado, contribuiria com a brasilidade em sua forma mais pura. Do encontro, resultaria a purificação da gente brasileira, de um povo unido na construção de si mesmo.

1.2 A incorporação dos indígenas à sociedade nacional

Quanto aos indígenas, o Estado Novo reservaria a eles um espaço na “nova nação”: o mesmo da sociedade nacional, uma vez que a incorporação dos indígenas se daria com o tempo. Porém, para que a sociedade brasileira aceitasse os indígenas historicamente representados como selvagens, perigosos, preguiçosos e improdutivos, seria necessário que o regime investisse em reelaborar representações positivas dos mesmos.

O DIP produziu então representações do índio como vigoroso, forte e resistente às pressões internacionais. Segundo o DIP, as tribos indígenas representavam a brasilidade em sua origem. Se índios corrompidos podiam ser encontrados devia-se ao convívio deles com

³¹Péricles Carvalho. A concretização da “Marcha para o Oeste” in **Cultura Política: Revista de estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro: DIP, v.1, n. 8, 1941, p. 16.

colonos durante a época colonial. O índio e o caboclo passaram a ocupar o lugar de heróis da nacionalidade, pois lutaram contra a exploração da Coroa Portuguesa e defenderam o sagrado território brasileiro de ameaças estrangeiras.³² Segundo aqueles discursos, o Estado Novo não faria como os estrangeiros que não respeitaram as culturas indígenas.

Uma vez que o imaginário do indígena foi reinventado, que ele não era mais selvagem, que ele era um herói e berço da brasilidade, abria-se caminho para que ele fosse integrado à sociedade brasileira, ou seja, o Estado tinha o intuito de civilizar os povos nativos para torná-los produtivos economicamente, transformando-os em colaboradores do governo, como mão de obra, como fazendeiro ou com seus conhecimentos. Em último caso, o indígena poderia ser um bom protetor de terra caso fosse necessário agir na II Guerra Mundial, pois detinha um conhecimento sobre a terra e um amor pelo território brasileiro.³³

Lembremos que o Estado Novo findou as campanhas de imigração, uma vez que o trabalhador nacional passou a ser valorizado pelo Estado. Dentre os trabalhadores, o sertanejo – o caboclo, oriundo da mestiçagem com o índio, era forte, era reserva da brasilidade e deveria ser fixado à terra. Tornar os índios cidadãos produtivos à nação significava transformá-los em sertanejo.³⁴

Em síntese, a proposta do Estado Novo era mesmo a de incorporar o indígena na sociedade brasileira, o que se daria por meio da criação de um novo imaginário para os indígenas, reinterpretando seu papel na formação da nacionalidade, de forma positiva e por meio do contato amistoso.³⁵

Como primeira estratégia, a de criar representações que valorizassem o índio na sociedade brasileira observamos empenho dos intelectuais apoiadores do regime e do próprio Vargas. Paulo Figueiredo, um dos autores que publicavam na revista *Cultura Política*, afirmava que o intuito do Estado Novo era a humanização desses povos, para se que pudesse alcançar uma organização nacional coesa e unificada.³⁶

³²Seth Garfield, As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000, p. 17.

³³Seth Garfield, As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 20, n. 39, 2000, p. 22.

³⁴Seth Garfield, As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000, p. 14.

³⁵Heitor Marçal, Os Índios no Brasil in **Cultura Política: Revista de estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: DIP. v. 2, n. 12, p. 18.

³⁶Paulo Augusto Figueiredo, O Estado Novo e o Homem Novo, in **Cultura Política: Revista de estudos brasileiros**, Rio de Janeiro: DIP. v.1, n.1. 1941, p. 135.

O objetivo da incorporação dos autóctones fica claro na fala de Vicente de Paulo Vasconcelos, diretor do Serviço de Proteção aos Índios:

É claro que os índios, assim como o negro, terão que desaparecer um dia entre nós, onde não formam 'quistos raciais' dissolvidos na massa branca cujo afluxo é contínuo e esmagador; mas do que se trata é de impedir o desaparecimento anormal dos índios pela morte, de modo o que a sociedade brasileira, além da obrigação que tem de cuidar deles, possa receber em seu seio a preciosa e integral contribuição do sangue indígena de que carece para a constituição do tipo racial, tão apropriado ao meio, que aqui surgiu.³⁷

O DIP tratou de produzir filmes, organizar eventos, museus sobre os indígenas, o presidente decretou o dia 19 de abril como o dia do Índio.³⁸ Segundo Heitor Marçal, na revista "Cultura Política", caberia ao Presidente Vargas:

compreender a significação do problema do nosso índio, porfiar por trazê-lo à comunidade nacional, tocado pelo mesmo sentimento que fizeram do General Rondon o sacerdote da campanha tão meritória. Essa inclinação é tão forte no Chefe do Governo que o impeliu, arrostando todos os desconfortos, até o Oeste, para sentir mais próximo as necessidades dos nossos aborígenes, num interesse que já se consubstancia num sentido mais real e imediato, no ajustamento do "Serviço de Proteção aos Índios" a uma máxima de eficácia.³⁹

De fato, Vargas foi o primeiro presidente a visitar uma área indígena. Em agosto de 1940, visitou a aldeia dos índios Karajás, no Brasil Central, "onde ficou por cinco dias em um acampamento de caça e pesca. O presidente sobrevoou o Rio das Mortes e o território Xavante acompanhado de representantes da imprensa, do Padre Chevelon e do chefe Karajá Watau".⁴⁰

³⁷Vasconcelos, citado no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Revista do Serviço Público. 1939. Apud Seth Garfield, As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000, p. 18

³⁸Seth Garfield, As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000, p. 18

³⁹Heitor Marçal, Os Índios no Brasil in **Cultura Política: Revista de estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: DIP v. 2, n. 12, 1942, p. 23.

⁴⁰Patrícia de Mendonça Rodrigues. "O médio Araguaia depois da Marcha para o Oeste nos anos 40 e 50". In: **Relatório de Identificação e Delimitação Terra Indígena Utaria Wyhyna (Karajá) / IròduIràna (Javaé)**. Brasília: FUNAI, abril/ 2008. Disponível em : https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/55411/mod_resource/content/1/%C3%8DNDICE%20PPTAL.pdf

Ao longo do capítulo pudemos evidenciar que, guiando-se por orientações autoritárias, o Estado Novo traçou e defendeu um plano de ocupação, de controle e de integração territorial construindo um discurso nacionalista exacerbado, repleto de imagens sentimentais, míticas e aliciadoras. Os canais de disseminação desse projeto, de propagandas dele foram vários, mas aqui exploramos apenas os discursos impressos. No próximo capítulo buscaremos verificar que partes ou aspectos deste plano conseguiu-se implantar e que mudanças teriam ocorrido com o esforço de ocupação do interior do país.

Capítulo2: A expansão das fronteiras econômicas e do mercado interno.

O domínio de territórios e a incorporação das gentes

O projeto modernizador do Estado Novo contemplava a industrialização do Brasil, a diversificação da agricultura, a "nacionalização" do seu povo, uma certa homogeneização cultural e o domínio definitivo dos territórios do país.

Por isso, uma dimensão-chave desse projeto era a geopolítica, que tinha no território seu foco principal, como fica bem expresso no discurso que Getúlio Vargas proferiu em Manaus, em 1940, onde a brasilidade foi expressa em parâmetros geográficos e econômicos: "ocupar e povoar o território, integrar os territórios. A sociedade deve interiorizar a necessidade de atuar sobre o espaço territorial nacional e se comprometer sentimentalmente com o movimento necessário para ocupá-lo".⁴¹

A "política de domínio territorial" incluía o incentivo ao povoamento de áreas ermas ou consideradas improdutivas, uma vez que o país mirava o desenvolvimento capitalista; a regulação do deslocamento populacional, do transporte e da comunicação. Como ressalta Lúcia Lippi de Oliveira, não por acaso

foram criadas instituições encarregadas de fornecer dados confiáveis para a ação do governo, como o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Cartografia, o Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este de 1938. Essas agências ajudariam o Estado a formular e implementar suas políticas destinadas a vencer os "vazios" territoriais e a pouca interação da rede urbana..... [também] a criação em 1937 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) indica sem dúvida a importância das estradas como instrumento de comunicação entre as regiões e as cidades.⁴²

Desde a Primeira República falava-se da necessidade de ocupar os "sertões" brasileiros, para interligar as várias regiões do país e encontrar o caminho do progresso, pois áreas desabitadas ou pouco povoadas eram improdutivas. Outro argumento muito destacado pelos médicos higienistas na década de 1920 era o abandono dos sertões e de seus moradores – gente miserável, inculta e doente.

⁴¹João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV, 1ª ed, 2012, e-book, L. 57.

⁴²Lúcia Lippi de Oliveira, verbete CPDOC "O Brasil de JK: A conquista do Oeste". **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>>

Dado a existência no país de muitos "espaços vazios" atribuíam-se ao território nacional a imagem de um arquipélago, expressando a ideia de que as regiões não se contatavam. Os territórios desconectados das "áreas civilizadas" localizavam-se na parte oeste do país, nas regiões centro-oeste e amazônica.

Hoje, os limites do que seja região Centro-Oeste ou região Amazônica mudaram bastante. À época, não havia o conceito de Amazônia Legal, surgido em 1953 e que englobava, além da região Norte, o norte dos estados de Mato Grosso e Goiás, e o oeste do Maranhão.⁴³ Na década de 1930, falava-se mais na necessidade de ocupação do "Brasil Central", área meio imprecisa, região caracterizada pelos irmãos Villas Bôas como

uma extensa área do território brasileiro, com mais de um milhão de quilômetros quadrados, compreendido entre o rio Araguaia e seus afluentes de esquerda, a leste, o Tapajós com seus formadores a oeste, os chapadões mato-grossenses ao sul, e uma linha correspondente aproximada ao paralelo (latitude sul), que corta aqueles rios na altura dos seus grandes encachoeirados.⁴⁴

A ideia era fixar os trabalhadores já locados em Goiás e Mato Grosso e angariar voluntários para povoar os espaços desabitados desses estados, inclusive de partes já consideradas "Amazônia", como alguns pontos no sul do Pará.

A parte da Amazônia correspondente à região norte do país passou a ser enfatizada como inserida no projeto Marcha para o Oeste após a assinatura dos chamados "Acordos de Washington", de 1942, assinado por Brasil e EUA durante a II Guerra Mundial, quando o Brasil se comprometeu a fornecer o látex da Amazônia aos EUA.

Portanto, ação fundamental para o Estado Novo seria ocupar e interligar os espaços desconectados. Fazer com que essas regiões improdutivas passassem a produzir e que tal produção chegasse às demais regiões do país; tal como, da mesma forma, que as regiões improdutivas consumissem a produção industrial do sul e sudeste, abrindo-se o futuro para a criação de um amplo mercado interno, uma vez que o mercado nacional era considerado fragmentado, não integrado.

⁴³Após 1953, os limites da Amazônia Legal foram estendidos várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país.

⁴⁴*Apud* Ana Caroline Rodrigues de Sousa, **Sertão, natureza e cultura: o museu de ciências naturais da Fundação Brasil Central (1966 -1967)**. TCC - Departamento de História, UnB, Brasília, 2019, p. 12.

Tratava-se, portanto, da interiorização do "desenvolvimento", que pretendia criar novas vias de comunicação até esses "sertões", abrir campos de pouso e fixar núcleos populacionais.

Além de ocupar as áreas despovoadas, anunciava-se que a Marcha para o Oeste atenderia à questão do êxodo rural, que já preocupava naquela época. Segundo os discursos oficiais, a população rural, na maioria das vezes, não era atingida pelas leis trabalhistas, pelo cooperativismo político, assistência social e ensino gratuito. Por isso, buscava o litoral brasileiro, acarretando um êxodo rural constante, ou seja, buscava condições de vida que não conseguia ter no âmbito agrário.

Nos jornais e na revista "Cultura Política" apelava-se aos sertanejos para que não fossem em busca das cidades e se estabelecessem nas regiões rurais do país, o que possibilitaria assegurar a melhoria econômica das regiões interioranas. O governo reconhecia que era necessário investir também em saneamento básico e profilaxia pública, a fim de melhorar o índice de mortalidade infantil e promover o aumento da população.⁴⁵ Desta forma, a campanha para o desenvolvimento do interior do país serviria também ao atendimento do problema do êxodo para as áreas urbanas.

Embora na década de 1930 já se falasse em uma ocupação do oeste, a "Marcha" como projeto melhor definido foi anunciada em um discurso de Vargas durante sua viagem à Goiânia, em 1940.⁴⁶ Mas destacamos que o próprio interventor para o estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, que inaugurara Goiânia em 1933, já havia afirmado várias vezes que a construção de Goiânia era o marco inicial da Marcha para o Oeste. Durante o Estado Novo, em seus discursos e entrevistas, Teixeira ia reforçando cada vez mais a construção da nova capital goiana como fruto do esforço desbravador e desenvolvimentista do estado, da Marcha para o Oeste e da nação.⁴⁷

O sociólogo João Marcelo Ehlert Maia, que trabalhou com a obra dos irmãos Villas Bôas esclarece que, no contexto da II Guerra Mundial (1939-45) surgiu a preocupação com o aspecto da falta de integração nacional, com a existência de áreas desocupadas e até desconhecidas.

⁴⁵Severino Sombra. Guerra total, nacionalização e povoamento. In: **Cultura Política: Revista de estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: DIP. 1941, v. 1, n. 8. p. 108. Severino Sombra era militar, associado ao laicato católico, e ex integrante da AIB.

⁴⁶Marilena Julimar A. F. Jerônimo. "Goiânia: flor miraculosa do Estado Novo. In: **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.4, n.3, jul.-dez. 2015, p. 175-185. Disponível em: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/>

⁴⁷ *idem*.

A II Guerra Mundial foi usada como uma das justificativas para efetivar a campanha de povoamento, pois este fortaleceria o país no caso de enfrentar ataques das novas forças imperialistas. Em artigo de 1941 da revista "Cultura Política", Severino Sombra enfatiza:

O povoamento foi e continua a ser um dos mais angustiantes problemas do Brasil. Ao tremendo embate das novas forças de expansão imperialista, dificilmente podem opor-se países em que existem imensas áreas despovoadas ou sem aproveitamento econômico.⁴⁸

Assim, o investimento do Estado em políticas de ocupação, controle e domínio territorial foi muito mais efetivo e organizado após a definição do Brasil pelo apoio aos Aliados na II Guerra Mundial.

Em setembro de 1939, o governo havia criado a "Comissão de Defesa da Economia Nacional", mas com a decretação do estado de guerra no Brasil, em 31/08/1942, esta comissão foi extinta. No seu lugar foi criada a "Coordenação da Mobilização Econômica", com atribuições mais amplas: "a de mobilizar a economia do país em função da situação de emergência provocada pela guerra. Essa mobilização pressupunha a utilização, pelo Estado, de todos os recursos econômicos existentes no Brasil, incluindo o trabalho humano".⁴⁹

Diretamente subordinada ao presidente da República e sendo presidida pelo ex-tenente⁵⁰ João Alberto Lins de Barros, o órgão operava como um grande ministério, que coordenou os dois principais braços da "Marcha para o Oeste" – a Expedição Roncador Xingu e a Fundação Brasil Central:

Foi por meio de expedições inicialmente chefiadas e controladas pelo governo varguista que o programa promoveu o desbravamento do sertão brasileiro a partir da década de 40. As metas estabelecidas a serem cumpridas consistiam em instalar campos de pouso e bases militares, abrir caminhos e picadas, construir pontes. Além da função de desbravamento do interior, a meta era estabelecer bases de apoio radiotelegráficas e campos de pouso que permitissem a integração das redes de comunicação nacionais, ameaçadas por grandes vazios demográficos.⁵¹

⁴⁸Severino Sombra. Guerra total, nacionalização e povoamento. In: **Cultura Política: Revista de estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: DIP, 1941, v. 1, n 8. p. 108.

⁴⁹Esta Coordenação foi criada pelo Decreto-Lei nº 4.750, de 28/09/1942. Segundo Sérgio Lamarão, em 1942, a economia brasileira atravessava um período de grandes dificuldades. Com a guerra, registrara-se uma sensível diminuição nas exportações de café e de outros produtos agrícolas, provocando um aumento dos estoques e uma queda nos preços. Por outro lado, a importação de máquinas, de combustíveis e de outras matérias-primas industriais também foi afetada, determinando a escassez desses produtos e até mesmo o racionamento de gasolina. Verbetes "Coordenação de Mobilização Econômica", dicionário... CPDOC

⁵⁰ Ex participantes do movimento tenentista da década de 1920, no Brasil.

⁵¹Apud João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV, 1ª ed, 2012, p.63.

As ações efetivas de concretização para a Marcha tiveram início em 1943.⁵² Ocorria que, partes do Centro Oeste demandavam ser reocupadas, dinamizadas ou adensadas populacionalmente, enquanto outras não eram sequer conhecidas. Era o caso da misteriosa "Serra do Roncador", um espaço em branco no mapa do Brasil Central, bem como os caminhos de acesso a ela. Para explorar a região, foi concebida a "Expedição Roncador Xingu" (ERX *adiante*).

Para dar suporte à expedição e promover o desenvolvimento dos pontos de acampamento ao longo de sua rota foi criada a "Fundação Brasil Central" (FBC *adiante*), com patrimônio do Governo Federal, por meio do decreto-lei nº 5.878, de 4/10/1943 que, em seu Art. 1º estabelecia ser "destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental".⁵³

Apesar da articulação e cooperação mútua entre ERX e FBC para o êxito da Marcha, cada uma das entidades tinha as suas atribuições e especificidades:

é relevante ressaltar desde já que a expedição foi criada pelo governo federal como uma ação de campo para a exploração de uma área específica no território brasileiro e, posteriormente, a FBC foi concebida como uma instituição com a finalidade de coordenar as atuações do Estado acerca do desbravamento e ocupação do Brasil Central.⁵⁴

Como a FBC atuava na formação de colônias a partir dos acampamentos da ERX e também em outras áreas do Centro Oeste já habitadas, mas pouco desenvolvidas, a abordagem de sua atuação estará dividida à frente em dois tópicos: 2.1: inserida no tópico "Criação e desenvolvimento de Colônias Agrícolas Nacionais"; e 2.2: "Expedição Roncador Xingu".

2.1 Criação e desenvolvimento de Colônias Agrícolas Nacionais

O esforço para a consolidação do mercado interno nacional justificava-se pelas flutuações do mercado internacional que o Brasil vinha sofrendo. Conectar espaços, integrar o território, contribuiria para diminuir a dependência externa, ou seja, o campo deveria atender

⁵²Neste ano também foram criados os territórios federais do Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Iguaçu (hoje parte dos estados de Santa Catarina e Paraná) e Ponta Porã (integrado ao estado de Mato Grosso em 1946).

⁵³ Decreto-lei nº 5.878, de 4/10/1943, In: Coleção de Leis do Brasil; disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Deleis/Lei5878.htm.

⁵⁴Ana Caroline Rodrigues de Sousa, **Sertão, natureza e cultura: o museu de ciências naturais da Fundação Brasil Central (1966 -1967)**. TCC - Departamento de História, UnB, Brasília, 2019, p. 16.

as necessidades que a nova regulação econômica exigia. Tais medidas só seriam concretizadas com a intervenção do Estado em material de infraestrutura e uma melhoria do setor agrário nacional. Para o Estado Novo, a criação de Colônias Agrícolas Nacionais, solucionariam grande parte dos problemas econômicos.⁵⁵

Com o Decreto-Lei nº 3.059, de 14/02/1941, foi estabelecido a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, que buscavam a ocupação do espaço geográfico, organização e emancipação do povo. O decreto contava com diversas regras a serem cumpridas, como o tamanho do lote, instituições de ensino, instalações de indústrias e área a ser preservada.⁵⁶

Os projetos federais da década de 1940 buscavam promover um novo surto imigratório para o Centro Oeste do país. Foram criadas oito colônias: a de Goiás e Amazonas, em 1941; a do Maranhão, em 1942; a do Pará, do Paraná (General Osório) e Dourados (MT) em 1943, a do Piauí, em 1944 e Jaíba (MG), em 1948, todas legitimadas por decretos. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) se destacaram das demais nos aspectos de aumento populacional e de produção agrícola.⁵⁷

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi a primeira de oito colônias criadas pelo governo, com o intuito de povoar terrenos extremamente férteis, mas ainda inexplorados. Através do Decreto-Lei Federal nº 6.882, de 19/02/1941, fundou-se a colônia, que teve como primeiro administrador o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão Carvalho de Araújo.⁵⁸

A região de Mata chamada Vale de São Patrício, no leste do estado de Goiás, a 173 km de Goiânia, foi a escolhida para assentar a primeira colônia, que recebeu o nome de Ceres, localizada às margens do Rio das Almas. Não se tratava propriamente de uma área desocupada. Em 1940, conforme o censo do IBGE, a densidade populacional média era de 4 hab/km².⁵⁹

⁵⁵Maria Secreto. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha In: **Estudos Históricos**. 2007, p. 119.

⁵⁶Carlos Trubiliano. Rumo a brasilidade: Mato Grosso e a Marcha para Oeste (1937-1945) in: **Anais da VI Semana de História da UFMS**. 2003, p. 40,41.

⁵⁷Wagner Abadio de Freitas e Marcelo de Mello. A colônia Agrícola Nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 26. 2014, p. 474, 475.

⁵⁸Andréia Aparecida Pádua. A sobrevida da Marcha para o Oeste. **Estudos**, Goiânia, v.34. n. 7/8. 2007, p. 630.

⁵⁹Ignez Ferreira, Ceres e Rio Verde: dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola. In: AUBERTIN, Catherine (org.), **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p.45.

O Estado possibilitou o loteamento de terras devolutas com preços mais atrativos que o sudeste do país, e a implantação de infraestrutura viária, estimulando a vinda de imigrantes para a região. A criação oficial da colônia também repercutiu bem nas capitais, pela divulgação de que se tratavam de terras férteis e baratas.⁶⁰

Segundo o IBGE, sob a direção de Bernardo Sayão, procedeu-se à demarcação da área, dividida em lotes (quinhões de 26 a 32 ha) destinados aos colonos, que além das terras recebiam sementes selecionadas, ferramentas, assistência médica, gratuitamente. Em contrapartida, deveriam conservar de 20 a 25% de matas e produzir no restante. Tinham, também, direito a uma casa popular de alvenaria.⁶¹

A posse da terra ficava sob usufruto até que o Ministério da Agricultura outorgasse o título de propriedade definitiva. Em 1950, Ceres contava com 2.230 quinhões (lotes) e 3.543 famílias de lavradores, alcançando surpreendente fluxo de progresso com o advento da rodovia federal Belém-Brasília, atual BR-153, que cortava o município rumo ao norte e se tornava o polo de desenvolvimento da Região do Vale do São Patrício.⁶²

Léa Sayão escreveu livro sobre a liderança do pai, Bernardo Sayão, à frente da CANG e da construção da estrada Belém-Brasília. Escreveu a partir das cartas que do pai recebia e de suas memórias, pois acompanhou o pai até a área de colonização. Ela e a irmã foram as primeiras professoras da escola da colônia.⁶³

Segundo Léa, as frentes de trabalho da colônia e das estradas se davam ao mesmo tempo. As grandes dificuldades eram o acesso, os recursos escassos (pois as verbas eram curtíssimas para todas as frentes de trabalho) e o atraso na chegada de recursos financeiros ou materiais. A foto à seguir mostra a primeira ponte feita sobre tambores de óleo vazios para a travessia do rio das Almas. O uso de balsas não se mostrava eficiente para a travessia de muitos materiais. Certa feita, um caminhão "Mack" caiu no fundo do rio. A primeira ponte rodou e a segunda, uma ponte pênclil, segundo a autora, foi conseguida a duras penas para convencer a burocracia da sua necessidade.

⁶⁰ Ignez Ferreira, Ceres e Rio Verde: dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola. In: AUBERTIN, Catherine (org.), **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p.45

⁶¹ Site IBGE. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ceres/historico>

⁶² Site IBGE. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ceres/historico>

⁶³ Léa Sayão. **Meu pai, Bernardo Sayão**. Brasília: Senado Federal, 1976.



Ponte de madeira sobre tambores de óleo, construída sobre o Rio das Almas, às margens da colônia Ceres. Foto SAYÃO, Léa.**Meu pai, Bernardo Sayão.** Brasília: Senado Federal, 1976.p.71.



Ponte pêncl sobre o Rio das Almas, Ceres. SAYÃO, Léa.**Meu pai, Bernardo Sayão.** Brasília: Senado Federal, 1976.p75.



Grande comboio de máquinas do Rio de Janeiro a Ceres. Foto SAYÃO, Léa. **Meu pai, Bernardo Sayão**. Brasília: Senado Federal, 1976.p. 82.

Quanto à escassez das verbas, escreve a autora:

Estamos no ano de 1943-1944, isto é, em pleno período de restrições de toda sorte, no auge do esforço de guerra. Entre outras coisas, rigorosamente racionadas em Goiás, estavam a gasolina e o sal... o controle do racionamento desses produtos asfixiava a economia goiana. Dado as dificuldades das estradas, combustíveis e volumes só podiam chegar a Anápolis pela única via férrea existente no estado quando [o pai] precisava de combustível ou diesel, chegavam-lhe montanhas de rolos de arame farpado; quando precisava de dinheiro para comprar, mais vantajosamente no estado, gêneros para alimentar a turma, chegava da estação da estrada de ferro de Goiás um bilhete que a CANG fosse retirar cimento...⁶⁴

A CANG foi a colônia que mais obteve resultados satisfatórios, atuando não apenas na formação de pequenos núcleos urbanos para os colonos, mas também tendo um papel importante no fortalecimento da população rural, assegurando os habitantes que já residiam na zona agrária.⁶⁵

⁶⁴ Léa Sayão. **Meu pai, Bernardo Sayão**. Brasília: Senado Federal, 1976, p. 77-78.

⁶⁵ Denis Castilho. A colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO. **Revista Élisée** Goiânia: UEG, 2012, p. 122.

Ao final dos anos 1940, a região de Ceres já era a maior produtora de arroz, café, feijão e milho do estado de Goiás. O fato da cidade se localizar perto de Anápolis e Goiânia facilitou o escoamento da produção e a venda dos produtos graças a proximidade com o mercado consumidor. A população urbana e rural aumentava consideravelmente, chegando quase ao dobro do antigo censo feito pelo IBGE.⁶⁶

Quanto à colônia agrícola nacional de Dourados – CAND, além de atender ao objetivo de abastecimento do mercado regional e a reestruturação de parte do território mato grossense em pequenas propriedades rurais, serviu para garantir a integridade da fronteira entre Brasil e Paraguai, e reintegrar a região de Dourados, localizada hoje no estado do Mato Grosso do Sul.⁶⁷

A área total estipulada para compor a colônia era de 300.000 ha, mas a área total demarcada foi de 267.000. Dividida em duas zonas, a primeira foi demarcada em 1944, com 2.332 lotes rurais e 6.876 lotes urbanos. A segunda zona só foi demarcada em 1950, com 6.500 lotes rurais e 6.832 lotes urbanos. Em similaridade com as outras colônias, o projeto contou com a doação de lotes, casas, ferramentas, animais domésticos e assistência médica.⁶⁸

O movimento migratório de trabalhadores advindos principalmente do Nordeste e de Minas Gerais cresceu rapidamente, aumentando e diversificando a produção da colônia, possibilitando a produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e amendoim.⁶⁹ Segundo Walter Silva,

os projetos de colonização públicos ou privados, pautados na pequena propriedade rural, com uso da mão de obra familiar, foram decisivos para o processo de ocupação e inserção dessa região à economia nacional. Em 1950, já era possível vislumbrar mudanças no paradigma de produção na região da CAND, que não se configuravam majoritariamente pelas tradicionais atividades da pecuária bovina e da erva-mate, o que marcou o campo foi a diversificação das atividades agrícolas.⁷⁰

A CAND foi tão bem sucedida, respondeu tão bem aos incentivos que possibilitou uma verdadeira reconfiguração da região. Governos estaduais e municipais também criaram

⁶⁶ Ignez Ferreira, Ceres e Rio Verde: dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola. In: AUBERTIN, Catherine (org.), **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p.47

⁶⁷ Walter Guedes Silva. A Estratégia de Integração do Sul do Estado de Mato Grosso ao Território Nacional Durante o Governo Vargas: Uma Análise a Partir da Criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP, v.31, 2016, p. 27.

⁶⁸ *idem*, p. 35.

⁶⁹ *idem*, p. 37.

⁷⁰ *idem*, p. 38.

suas colônias no sul do Mato Grosso, surgindo as Colônias Municipais, isso a partir de 1946.⁷¹

As leituras realizadas indicaram que houve considerável sucesso pelo menos nas colônias agrícolas de Ceres e de Dourados. Outras colônias passaram por mais limitações embora, ainda assim, mesmo com projetos inacabados, passando por situações precárias, com muita persistência da população, ainda conseguiram algum sucesso. Quanto às limitações, referem-se pressões contrárias, por exemplo, a pressão dos grandes detentores de terras da época sobre as políticas de distribuição de terra e do aumento de direito dos trabalhadores.⁷²

Outras dificuldades são atribuídas à estrutura da FBC, responsável por conduzir o processo colonizador. O órgão tinha uma complexa arquitetura administrativa, inclusive com “serviços” e “organismos autônomos” como usinas, transportadora e entrepostos, “escritórios” como o da “Expedição Roncador-Xingu. Em 1946, possuía nove departamentos em operação: médico, rádio e comunicação, jurídico, estradas, construções e campos de pouso. Apresentava uma larga e complicada malha burocrática que dificultava sua objetivação e sua área de atuação.⁷³

Assim, entrou em choque com os poderes estaduais e em conflito com a população local, pois lidavam com problemas de gestão financeira e ambiciosos projetos de ordenação territorial.⁷⁴

Vânia Maria Losada salienta que a expansão ocorreu de forma desordenada e selvagem, atrelada a uma conjuntura conflituosa entre o modelo oligárquico sobre os proprietários rurais e os povos indígenas. O estado induzia, mas não regulamentava as ações dos marchadores que iriam ocupar o centro do país, o que deixava os voluntários com um poder soberano sobre os moradores locais do Centro Oeste.⁷⁵

Além destes aspectos, a situação paradoxal quanto aos esforços do governo em relação à II Guerra Mundial pesou para a descontinuidade do projeto. Vimos que o contexto da II Guerra contribuiu para que o governo decidisse efetivar o projeto da Marcha que já

⁷¹ *idem*, p. 37-38.

⁷² Ângela de Castro Gomes, As marcas do Período. In: **Olhando para Dentro (1930-1964)** V. 4. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013, p.73.

⁷³ João Marcelo Ehlert. Fronteiras e state-building periférico: o caso da Fundação Brasil Central. **Varia história**. Belo Horizonte, v. 35, n. 69, 2019, p. 908.

⁷⁴ João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV, 1ªed, 2012, e-book. L. 1021,1022.

⁷⁵ Vânia Maria Losada. Os anos JK: Industrialização e modelo Oligárquico de desenvolvimento rural. In Lucilia de Almeida Delgado. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 187.

veículos de transporte, que se deslocaram por precárias estradas de terra até o povoado de Barra Goiana (hoje, cidade de Aragarças), às margens do Rio Araguaia.⁷⁶

Nesse ponto, foi instalada a primeira base de operações, com edificações para os serviços e alojamentos. Feita a transposição do Araguaia, a expedição avançou 150 km, desbravando trilhas com o auxílio de muars, até alcançar, em meados de 1945, o rio das Mortes e as primeiras elevações da Serra do Roncador.⁷⁷

Rota da Expedição Roncador Xingu e localização de Colônias Nacionais



No período recortado para esta pesquisa (1937-45), a Expedição percorreu os trechos de Uberlândia - Aragarças - Nova Xavantina - São Félix do Araguaia; e Nova Xavantina. **Museu de fotografia documental**. Disponível: <https://mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/>

⁷⁶ Reportagem "Parque Nacional do Xingu: onde tudo começou". Site UNIFESP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/1916-onde-tudo-comecou>

⁷⁷ *idem*

Tratava-se de uma aventura de abertura de caminhos, de descoberta, de mapeamento de rotas, relevos, rios, vilas, povos, e pesquisa quanto às possibilidades de exploração de riquezas. A ideia era que, ao longo da expedição fossem sendo detectados arruados ou vilarejos a serem desenvolvidos, ou fundados outros em pontos estratégicos onde futuramente se desenvolveriam cidades ou se estabeleceriam lotes para colonização. Segundo os irmãos Villas Bôas, a empreitada

contou com a participação de paulistas que conheciam a região, médicos do Rio de Janeiro, voluntários, alguns oficiais do exército e caçadores advindos do Sul para fornecer comida aos integrantes. A base de expedição se fixou no Araguaia, aguardando novos insumos do sudeste e marcando a primeira conquista significativa de incorporação do Centro Oeste.⁷⁸

A portaria nº 77, de 3 de junho de 1943 ERX mencionava que o objetivo era criar vias de comunicação com o Amazonas através do interior; necessidade de explorar e povoar o maciço central do Brasil na cabeceira do rio Xingu, considerada uma das mais desconhecidas da terra.⁷⁹ De fato,

A equipe de vanguarda da colonização executou a abertura de estradas e campos de pouso de aviões que deram origem a núcleos de povoação, além de estabelecer o contato definitivo com os grupos indígenas do Xingu e vale do Teles Pires considerados “arredios” até então. A cidade de São Félix do Araguaia, importante centro regional do médio Araguaia, a cerca de três ou quatro km ao sul da aldeia Karajás Santa Isabel, originou-se do vilarejo fundado em 1941 por Severiano de Souza Neves. (...) Em 1942, o dominicano Dom Sebastião Tomás batizou o lugar como São Félix do Araguaia....que foi construída sobre o sítio recentemente abandonado de uma antiga aldeia Karajá de inverno.⁸⁰

Em março de 1944, depois de percorrer 300 quilômetros, a ERX atingiu o Rio das Mortes, onde seria construída a cidade de Xavantina. Foi construído uma pista de pouso e a chegada de cinegrafista, exploradores e até deputados começaram a acontecer. O intuito era construir estruturas e dar início aos projetos de colonização.⁸¹

⁷⁸Orlando Villas Bôas, Cláudio Villas Bôas. **A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo, 2012, p.37,38.

⁷⁹ João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV, 1ªed, 2012, e-book, L. 830.

⁸⁰Patrícia de Mendonça Rodrigues. " O médio Araguaia depois da Marcha para o Oeste nos anos 40 e 50". In: **Relatório de Identificação e Delimitação Terra Indígena Utaria Wyhyna (Karajá) / IròduIràna (Javaé)**. Brasília: FUNAI, abril/ 2008. Disponível em: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/55411/mod_resource/content/1/%C3%8DNDICE%20PPTAL.pdf p. 163.

⁸¹ João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV, 1ª Ed, 2012, e-book, L.887.

Alguns dos acampamentos construídos no intuito de assegurar o domínio efetivo da Expedição Roncador Xingu vão se tornar cidades, como o caso de Nova Xavantina, Aragarças e posteriormente Vale dos Sonhos.

Aragarças (antigo povoado de Barra Goiana) foi inaugurada em 20 de janeiro de 1945, como cidade integrante do desenvolvimento do Brasil Central, e que tinha como objetivo influenciar de maneira positiva toda a economia da região. Aragarças tinha como propósito ser a segunda experiência de modernidade no sertão, após a primeira, a cidade de Goiânia.⁸²

De Aragarças a Xavantina a Fundação Brasil Central construiu uma rodovia. Nas margens dessa estrada foi construída a cidade de Vale dos Sonhos, uma colônia agrícola que funcionou como núcleo urbano de apoio para a expedição.⁸³

Nova Xavantina, foi uma das primeiras “bases de apoio” feitas pelos expedicionários. Ali, a aglomeração de ranchos foi crescendo, dando a impressão de um vilarejo, tendo seu nome originado dos índios Xavantes, que habitavam as.⁸⁴

Embora a Força Aérea Brasileira provesse os serviços de retaguarda, o grupo de expedicionários enfrentava condições difíceis devido ao suprimento irregular de víveres e medicamentos, à malária e à hostilidade dos índios Xavante. Em 1946, os irmãos Villas Bôas – que passaram a liderar a expedição – atingiram as cabeceiras do rio Xingu e estabeleceram contato amistoso com os povos indígenas daquela região, debilitados por epidemias e pela alta mortalidade infantil.⁸⁵

2.3 A questão do contato com o indígena

Um dos aspectos fundamentais da Expedição Roncador Xingu era gerenciar o contato com os índios, uma vez que, ao ter como meta desbravar regiões tão desconhecidas,

⁸² Maria Eduarda Galvão. **A expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV – Dissertação de mestrado, 2014, p. 59,65.

⁸³ Maria Eduarda Galvão. **A expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV – Dissertação de mestrado, 2014, p. 59.

⁸⁴ Maria Eduarda Galvão. **A expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV – Dissertação de mestrado, 2014, p. 68.

⁸⁵ Reportagem "Parque Nacional do Xingu: onde tudo começou. Site UNIFESP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/1916-onde-tudo-comecou>

provavelmente deparariam com tribos ainda não contatadas. Por isso, a articulação da ERX com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

O Serviço de Proteção ao Índio – SPI atuou junto com a ERX e FBC, que adentrariam áreas habitadas quase exclusivamente por tribos indígenas, muitas das quais nunca contatadas até então. O SPI deveria facilitar o trabalho da FBC, e os membros da ERX se comprometiam a seguir as recomendações e os regulamentos do SPI.

O SPI, que já existia desde a Primeira República e estava recebendo poucos recursos na década de 1930, recebeu incentivos. Além disso, para que o governo tivesse maior controle sobre os índios e para que se criasse uma relação amigável com eles, foi criado, em 1939, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI. Marechal Rondon foi nomeado o primeiro diretor do órgão que tinha particularmente o intuito de proteger os indígenas durante o contato com a sociedade civilizada.

O SPI ficou encarregado de fazer expedições de reconhecimento e levar insumos simples para os indígenas no intuito de construir uma camaradagem entre o governo e os aborígenes. (vide imagem abaixo)



Indígenas brasileiros recebendo roupas e utensílios dos irmãos Villas Boas. Instituto Socio-ambiental. Acesso 21/04/2021.:<https://img.socioambiental.org/v/publico/xingu/PIX_8.jpg.html>

Algumas aldeias como os Karajá e os Xerente receberam bem as expedições, mas também ocorreram más recepções e até assassinatos envolvendo os integrantes do SPI como o caso do massacre feito pelos índios Xavantes, em 1941.⁸⁶

Segundo Carlos Rocha Freire, em julho de 1941, o Dr. Genésio Pimentel Barbosa, inspetor do SPI, encarregado da turma volante de atração dos índios Xavantes, encontrou-se numa das dependências do SPI em Goiás com o padre salesiano Hipólito Chovelon, que havia construído um estabelecimento na região Xavante, na tentativa de pacificação daqueles índios.⁸⁷

O inspetor Barbosa ficou admirado e preocupado quando o padre Chovelon exibiu-lhe um decreto do Governo de Mato Grosso, criando um "patrimônio agrícola-pecuário" no rio das Mortes, com a extensão de 12 Km², para ser dividido em lotes, agrícolas e pastoris, declarando achar-se encarregado de semelhante serviço.⁸⁸

Diante dos conflitos que existiam entre índios e regionais e como a área determinada no decreto incidia sobre o território onde viviam os Xavante, Barbosa tinha razões de sobra para se preocupar. Interpelando o diretor do SPI, pediu a anulação da concessão até que tivesse localizado os índios e escolhido as terras que lhes devem caber naquela região (ibid., fot. 0265). Quatro meses depois, Pimentel Barbosa e outros trabalhadores que integravam a turma volante de atração dos Xavante foram massacrados por esses índios, perto do rio das Mortes, num local próximo à fazenda instalada pelo Pe. Chovelon.⁸⁹

O episódio indica que a expedição foi marcada por conflitos entre os participantes da “avançada” e os indígenas, principalmente com os Xavantes. Após diversas falhas, o Estado Novo foi obrigado a “ignorar” os indígenas que não foram coniventes com as novas medidas propostas pelo governo e exercitar a boa relação com povos mais “amigáveis” como os Karajás e os Xerentes.⁹⁰

⁸⁶Seth Garfield, As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 20, n. 39, 2000, p. 30.

⁸⁷ Carlos Augusto da Rocha Freire, Povos indígenas dos Xavante aos Kayapó: políticas de pacificação e territorialização de povos indígenas (1940–1960). XXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS GT Povos indígenas. Disponível: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt15-19/4449-cfreire-dos-xavante/file>

⁸⁸ *idem*, p. 1

⁸⁹ Barbosa, ofício de 29/07/1941, SARQ/MI, f. 381, fot. 0264–0266. *Apud* Carlos Freire, *op cit*, p. 1.

⁹⁰ Seth Garfield, As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 20, n. 39, 2000, p. 30, 31.

Em 1945, Orlando Villas-Bôas informou que ocorreram dezoito ataques de Xavantes contra os expedicionários que caminhavam entre Xavantina e Garapu, informando uma situação de crise entre os participantes da expedição.⁹¹

A Expedição Roncador-Xingu, inicialmente prevista para durar dois anos, acabou por perdurar cinco, encerrando-se apenas no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). A Expedição acabou por encerrar o conjunto de expedições oficiais aberto por Marechal Rondon no início do século XX, que objetivava expandir a comunicação entre os diversos brasis, assim como expandir a autoridade central sobre as fronteiras.

O protagonismo dos irmãos Villas Bôas na expedição atraiu a atenção da opinião pública e do governo, o que contou para que se conseguisse a demarcação do Parque Nacional do Xingu, em 1961, cujo relatório de criação foi escrito pelo antropólogo Darcy Ribeiro, em articulação com a atuação dos Villas Bôas.

⁹¹ Maria Eduarda Galvão. **A expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV – Dissertação de mestrado, 2014, p. 40.

Considerações finais

Antes da década de 1940, amplo repertório cultural já havia sido desenvolvido acerca do conhecimento e da conquista dos sertões do Brasil, o que foi responsável por esta tarefa ser sempre indicada na agenda dos governos republicanos. E ainda que na década de 1930 o domínio do oeste brasileiro tenha sido divulgado como programa de governo e que Getúlio Vargas tenha inclusive usado a expressão "Marcha para o Oeste" em seu livro, em 1938, foi só no contexto da II Guerra Mundial que uma medida de territorialização da autoridade foi entendida como de necessidade imediata.

Só então esforços efetivos foram feitos para colocar o plano em ação, uma expansão do poder estatal por meio de investimentos no conhecimento, na ocupação, no povoamento e desenvolvimento de determinados territórios, visando ao controle, à unidade e à integração territorial.

Vimos que o projeto de poder do Estado Novo teve fortes bases ideológicas. A cultura foi entendida como suporte da política, e no primeiro capítulo analisamos a construção da defesa do movimento "Marcha para o Oeste" por meio de um discurso nacionalista exacerbado, repleto de imagens sentimentais, míticas e aliciadoras.

Defendia-se o desenvolvimento material a terra, sua ocupação, a produção da riqueza e também a transformação da consciência e do comportamento do brasileiro, que deveria ser o bandeirante do século XX, nacionalista ardoroso, corajoso, empreendedor. Ou seja, o discurso governista compreendia o domínio material e o simbólico, a conquista do corpo geográfico e da alma da nação.

No segundo capítulo pesquisamos a concretude do movimento, as ações que de fato foram empreendidas. Compreendemos que o movimento de conhecimento e conquista se deu em dois eixos principais, que se mantinham articulados: o da Expedição Roncador Xingu e o da Fundação Brasil Central.

A atuação da ERX teve papel fundamental na abertura dos caminhos de "civilização" na região central do Brasil, ou seja, de apresentar às populações interioranas o "mundo do litoral", o estilo de vida das cidades, das suas mercadorias e padrões de consumo. Nos acampamentos chegavam a estrada, campos de pouso e pequenos aviões, escolas, hospitais e armazéns. Esse modo de vida ia se instalando a partir das povoações fundadas, pequenas colônias ou povoados transformados em cidades.

Para os povos indígenas a grande empreitada resultou em dizimação por doenças e despossessão territorial. Para eles, o ponto positivo tenha sido provavelmente a criação do Parque Nacional do Xingu, território indígena protegido por lei, criado em 1961, e que resultou da consciência desenvolvida durante a expedição, do quão nefasto era a experiência do contato colonizador para os índios, por mais cuidados que se tomasse.

Quanto à experiência das Colônias Agrícolas Nacionais nos surpreendemos por tratar-se de um projeto de domínio territorial, sob controle do Estado, mas que de fato mirava no desenvolvimento da terra e do trabalhador nacional. As colônias eram formadas por terrenos pequenos. A doação de lotes de 30 ha era para aqueles que não possuísem terras e que soubessem trabalhar com ela. A produção pertenceria integralmente ao produtor.

O terreno era doado aos alistados, juntamente com ferramentas, sementes e instrução de plantio, como por exemplo para a rotação de culturas, a fim de que a terra não fosse tradicionalmente exaurida e a população conseguisse se fixar nos lotes recebidos. Além disso, para que a população permanecesse na colônia se instalava escola, hospital e igreja.

Embora muito poucos autores se refiram às colônias como projeto de reforma agrária, talvez devido ao número de assentados em relação à população rural do Brasil na época, ou porque o projeto não foi concebido como tal, essa não era a sua finalidade, o mesmo priorizou a população rural despossuída, fornecendo-lhe pequena propriedade, apoio para instalação e promoveu a diversificação agrícola no país, um modelo oposto ao latifúndio monocultor.

Lembremos que na conquista do oeste empreendida durante o Governo JK, em que o Centro-Oeste também foi desenvolvido com a construção de Brasília e a rodovia Belém-Brasília, a inclusão de povoamento para a população rural não foi contemplada. A valorização das terras do interior goiano serviu à especulação dos já possuidores de terras.

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CNPI – Conselho Nacional de Proteção ao Índio

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNI – Departamento Nacional de Imigração

ERX – Expedição Roncador Xingu

FBC – Fundação Brasil Central

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

Fontes:

AZEVEDO, Amaral. Realismo Político e Democrático. In **Cultura Política: Revista de estudos brasileiros**, Rio de Janeiro: DIP, v.1 n.1, 1941.

CARVALHO, Péricles Mello. A concretização da “Marcha para o Oeste”. In **Cultura Política: Revista de estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro: DIP, v.1, n. 8, 1941.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto. O Estado Novo e o Homem Novo. In **Cultura Política: Revista de estudos brasileiros**, Rio de Janeiro: DIP, v.1, n. 10, 1941.

LEITE, C. R. **Marcha para Oeste: a influência a “Bandeira” na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: vol.2. 4ª ed. Editora da Universidade de São Paulo, 1940.

LEITE, C. R. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. In **Cultura Política: Revista de estudos brasileiros**, Rio de Janeiro: DIP, v. 1, n. 1, 1941.

MARÇAL, Heitor. Os Índios no Brasil. In **Cultura Política: Revista de estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: DIP, v. 2, n. 12. 1942.

SOMBRA, Severino. Guerra total, nacionalização e povoamento. In **Cultura Política: Revista de estudos brasileiros**, Rio de Janeiro: DIP, v.1 n. 8. 1941.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Livraria José Olympio, Rio de Janeiro. v.5 1938.

VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. In **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: DIP, v. 4, n.2, 1942.

VARGAS, Getúlio. O Discurso do Rio Amazonas. In **Cultura Política: Revista de estudos brasileiros**, Rio de Janeiro: DIP, v. 1, n. 8, 1941.

Referências Bibliográficas:

- AMADO, Janaina. Região, Sertão e Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.8, 1995.
- ANDRADE, Rômulo de Paula. Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Ciências Humanas**. Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010.
- ARRAES, Matheus. **A Marcha para o Oeste e o Estado Novo: A conquista dos Sertões**. TCC – Departamento de História, UnB. Brasília, 2016.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI. Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- CAMARGO, Aspásia. A questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964) *in* Boris Fausto (edit) **O Brasil Republicano**, vol. 3. São Paulo. 1983.
- CAPELATO, Maria Helena. Multidões em Cena: **Propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2ªed, São Paulo. 2003.
- CASSIANO, Luiz de Carvalho. **Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937- 1945)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) UnB, Brasília, 2002.
- CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO. **Revista élisée**: UEG – Goiânia, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **O que ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, Ed 2º, 1992.
- COELHO, George Leandro. **Marcha para o oeste: entre a teoria e a prática**. Dissertação (Mestrado em História) UFG, Goiânia, 2010.
- EHLERT, João Marcelo. **Estado, território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- EHLERT, João Marcelo. Fronteiras e state-building periférico: O caso da Fundação Brasil Central. **Varia história**. Belo Horizonte: FGV, v. 35, n. 69, pág. 895-919, 2019.
- FAUSTO, Boris. O Estado Novo no Contexto Internacional, *In*: **Repensando o Estado Novo**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1999.
- FERREIRA, Ignez Costa. Ceres e Rio Verde: Dois momentos da expansão da fronteira agrícola. *In* AUBERTIN, Catherine (org.), **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Povos indígenas dos Xavante aos Kayapó: políticas de pacificação e territorialização de povos indígenas (1940–1960). XXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS GT Povos indígenas. Disponível: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt15-19/4449-cfreire-dos-xavante/file>.

FREITAS, Wagner Abadio e MELLO, Marcelo de. A colônia Agrícola Nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 26. 2014.

GALVÃO, Maria Eduarda. **A expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV – Dissertação de mestrado, 2014.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 20, n. 39, 2000 .

GOMES, Ângela de Castro, Autoritarismo e corporativismo no Brasil: O Legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n.65, p. 105-119.

GOMES, Ângela de Castro. **Olhando para Dentro: 1930-1964**, Rio de Janeiro v. 4, 1ª Ed. 2013.

JERÔNIMO, Marilena Julimar. Goiânia: flor miraculosa do Estado Novo. In: **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.4, n.3, jul.-dez. 2015, p. 175-185. Disponível em: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/>

LENHARO, Alcir, **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LOSADA, Vânia Maria. Os anos JK: Industrialização e modelo Oligárquico de desenvolvimento rural. In Lucilia de Almeida Delgado. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)** – 1ª Ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de, Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.) **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início do da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, verbete CPDOC "O Brasil de JK: A conquista do Oeste." **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro** Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>>

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, ciência e saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, supl. p. 195-215. 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política e Sociedade**, Rio de Janeiro. n.º 12 – 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PÁDUA, Andréia Aparecida. A sobrevida da Marcha para o Oeste. **Estudos**, Goiânia, v.34. n. 7/8. 2007.

PEREIRA, Eliane Manso. O Estado Novo e a Marcha para Oeste. **História Revista**. Goiânia:UFG, 1997.

RÉMOND René (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 2ª ed., 2003.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. O médio Araguaia depois da Marcha para o Oeste nos anos 40 e 50. In: Relatório de Identificação e Delimitação Terra Indígena Utaria Wyhyna (Karajá) / IròduIràna (Javaé). Brasília: FUNAI, abril/ 2008. Disponível em: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/55411/mod_resource/content/1/%C3%8DNDICE%20PPTAL.pdf.

SAYÃO, Léa. **Meu pai, Bernardo Sayão**. Brasília: Senado Federal, 1976.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos ‘espaços vazios’ no governo Vargas: do ‘discurso do Rio Amazonas’ à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 40, p. 115-135, jul.-dez. 2007.

SILVA, Walter Guedes. A Estratégia de Integração do Sul do Estado de Mato Grosso ao Território Nacional Durante o Governo Vargas: Uma Análise a Partir da Criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP, v.31, 2016, p. 27.

SOUZA, Ana Caroline. **Sertão, natureza e cultura: o museu de ciências naturais da Fundação Brasil Central (1966 -1967)**. TCC - Departamento de História, UnB, Brasília, 2019.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Rumo à brasilidade: Mato Grosso e a Marcha para Oeste (1937-1945). In: **Anais da VI Semana de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Três Lagoas: 2003.

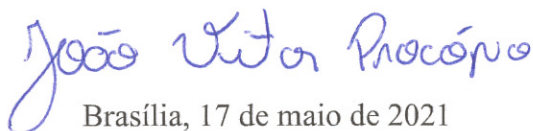
VELLOSO, Monica Pimenta, Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs.) **O Brasil republicano:o tempo do nacional-estatismo: do início do da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Brasilidade Verde-Amarela: Nacionalismo e regionalismo Paulista. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6, n.11. 1993.

VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio.A Marcha para o Oeste, capítulo 1. In: **A Marcha para o Oeste: epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Companhia de Letras. 2012.

Declaração de Autenticidade

Eu, João Vitor Procópio França, Matrícula UnB nº: 170050645, declaro para todos os efeitos que o **Trabalho de Conclusão de Curso** intitulado **A Conquista do Brasil Central sob a perspectiva do Estado Novo: discursos e domínio territorial** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.


Brasília, 17 de maio de 2021